

O futuro voltou atrás: o estrago da pandemia no amanhã das jovens brasileiras

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Maternidade antes do tempo, afazeres domésticos, ensino remoto, a internet que não chega para todas. A pandemia agravou a situação das jovens brasileiras que, no auge de sua força produtiva, não conseguem estudar nem trabalhar e interrompeu anos de inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho. 11 min de leitura

Era abril de 2021 quando Viviane Damasceno da Silva, de 27 anos, foi confiante a um escritório nas proximidades da Avenida Paulista, centro da cidade de São Paulo, para uma entrevista de emprego. Tratava-se da segunda fase da seleção para uma vaga de atendente de cabine de recarga do bilhete do metrô. Depois que viram seu currículo, que mostra que ela é bacharel em direito e trabalhou por anos no setor administrativo do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi dispensada. “As perguntas são sempre as mesmas: ‘O que você está fazendo aqui? Por que não procura trabalho na sua área?’ Quando eu digo que está difícil, a resposta também é a mesma: ‘Obrigado, vamos analisar, e entramos em contato’”, conta. Naquele dia, como em alguns outros do último ano, ela voltou chorando para casa. Viviane mora na Ocupação 9 de Julho, mantida pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) em um antigo prédio do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) na região central de São Paulo. Ela se mudou para lá em fevereiro do ano passado – um mês antes de a pandemia do novo coronavírus começar. Antes disso, morava não muito longe da ocupação, no bairro da Bela Vista, também no centro da capital paulista. No começo de 2020, a dona do apartamento pediu que ela saísse e, com dificuldade para encontrar um aluguel que coubesse no orçamento, Viviane recorreu a uma amiga para conseguir uma vaga na ocupação para ela e a filha, Yandra, de 5 anos. “Isso foi coisa de Deus, imagina se tivesse acontecido tudo isso durante a pandemia”, diz. O “tudo isso” a que se refere é o turbilhão que passou por sua vida alguns meses depois. Em junho, ela foi demitida do emprego no Tribunal de Justiça. Logo depois, descobriu um nódulo no seio e precisou ser operada. Sem creche e sem um companheiro, Viviane contou com a ajuda da mãe para cuidar da filha no período em que estava internada. No último ano, ela fez diversas entrevistas como aquela para trabalhar no metrô. Tentou vagas em áreas completamente diferentes, de empresas de telemarketing a supermercados, sem sucesso. Nos primeiros meses depois da demissão, recebeu seguro-desemprego, mas desde o começo de 2021 sua única renda é o Bolsa Família – ela recebe R\$ 130 por mês. “Fico muito frustrada. É uma grande tristeza as pessoas não darem uma oportunidade. Fico perguntando para Deus por que isso está acontecendo comigo. Não dá para desistir com uma filha.” A situação de Viviane é parecida com a de milhares de outras mulheres no país. Dados da Pnad Contínua, do IBGE, mostram que, no fim de 2020, 31,29% das jovens de 15 a 29 anos não estudavam e não trabalhavam. Ou seja, quase 6 milhões e 900 mil mulheres – que, diga-se de passagem, estão no auge de sua força produtiva – estavam fora da escola e do mercado de trabalho. Só para termos uma ideia de comparação, 19,77% dos homens de 15 a 29 anos estavam nessa mesma condição. “Quando analisamos os dados de todos os grupos da sociedade, ninguém perdeu mais que os jovens. E as mulheres perderam mais que os homens. Então esse grupo, de jovens mulheres, é o mais problemático”, explica o professor Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV). Por causa do ensino remoto, cuja eficácia e comparecimento ainda são difíceis de medir, a maior perda aparece justamente no mercado de trabalho. De acordo com a FGV Social, em média, a renda das jovens mulheres caiu 20% em 2020. “E esse cenário é ainda mais problemático quando a gente analisa a metade mais pobre da população”, afirma Marcelo. “As jovens de baixa renda perderam 30,6% da renda. Ou seja, as moças pobres perderam muito mais do que todos”, continua o professor. Vivemos uma “shecession” Ao contrário das últimas crises econômicas que o mundo e o Brasil viveram, em 2008 e 2015, e que afetaram especialmente o mercado de trabalho masculino, a crise em que estamos agora tem como vítimas

principalmente as mulheres. A situação é tão grave que os especialistas dizem que esta é uma “shecession”, ou seja, uma recessão feminina. E aqui no Brasil há um fator extra: a desigualdade social e racial. O que está acontecendo é uma “shecession” das mulheres pobres e negras – 67,5% das jovens que estão sem trabalhar e sem estudar são pretas, pardas ou indígenas. A professora Lorena Hakak, da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Gefam (Grupo de Estudos em Economia da Família e de Gênero), explica que em 2015 e 2016, por exemplo, houve um aumento da desocupação entre as mulheres, mas também uma redução daquelas que estavam fora da força de trabalho. Isto é, o desemprego aumentou, mas havia mais mulheres em busca de uma nova colocação. “Agora, com essa crise da covid-19, houve aumento da desocupação, mas também aumento do número de mulheres fora da força de trabalho. E é um problema grave quando você nem procura mais. E quando você analisa quais fatores levaram a não procurar mais trabalho, aí tem diferença de gênero”, diz ela. A mesma pesquisa do IBGE perguntou às mulheres por que elas estavam fora do mercado. A resposta? Trinta e oito por cento disseram que o motivo eram filhos ou afazeres domésticos. Só 3% dos homens usaram essa mesma justificativa. Um cenário nem um pouco novo para nós. O segundo filho de Kyan Luísa dos Santos, de 28 anos, nasceu em fevereiro de 2020. Professora de balé e estudante de pedagogia, ela, que sempre trabalhou fora, passou a se dedicar exclusivamente à maternidade e à casa. O filho de Kyan nasceu com hidrocefalia e precisa de cuidados intensos, o que, junto com a pandemia, acabou sendo determinante para que ela largasse a faculdade e não trabalhasse no último ano, dependendo exclusivamente do companheiro. “É muito difícil cuidar de uma casa e duas crianças. E é muito difícil as pessoas reconhecerem que é muito difícil”, diz. Para uma mulher acostumada a ter uma vida independente, que chegava a trabalhar 12 horas por dia, a mudança é ainda mais brutal. “Me incomoda demais. É muito ruim não se reconhecer. Eu sempre trabalhei, tive meu dinheiro, minhas coisas. Depender do marido para pagar aluguel, comprar comida, absorvente é constrangedor. Na cabeça dele, é uma fase, a gente é um casal e tem que se ajudar. Mas as pessoas falam: ‘Você só fica em casa, só é mãe, parece uma dondoca que vive às custas do marido’. E não é bem assim”, conta. Além do julgamento alheio, com o qual ela precisa lidar, há outro ainda mais cruel: o dela mesma. “Me cobro nesse sentido de que tenho que dar conta de tudo dentro de casa, como uma forma de compensar o que meu marido está fazendo do lado de fora.” Para a professora Regina Madalozzo, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero do Insper, há duas perguntas importantes que devem ser feitas quando a gente analisa a realidade de tantas mulheres, como a de Luísa: o que elas estão fazendo e por que estão nessa situação. “As jovens que não trabalham fora e não estudam, geralmente, não estão paradas. Estão fazendo trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças, dos idosos. É algo que a sociedade as impele a fazer. Uma gravidez muito cedo pode fazer com que você não tenha perspectiva de entrar no mercado de trabalho e dificulta que continue estudando. Isso já acontecia em tempos normais, com a pandemia só se agravou”, afirma. Ela explica que há uma linha da economia feminista que defende a valorização do trabalho dentro de casa, a dita “economia do cuidado”. “A maternidade é importante para a sociedade, mas o que você vê é uma penalização por ter escolhido ter filhos. Seja você uma executiva ou uma empregada doméstica, a responsabilidade pelo cuidado recai sobre a mulher.” Regina realizou, entre outubro e dezembro de 2020, uma pesquisa qualitativa em três favelas das duas maiores cidades do país: Heliópolis e Jardim Colombo, em São Paulo, e Maré, no Rio de Janeiro. O estudo entrevistou 50 mulheres de cada comunidade para entender as consequências da covid-19 no trabalho das moradoras. As entrevistadas atuavam como diaristas, empregadas domésticas ou no setor de serviços – áreas que exigiam o contato com outras pessoas. Ela conta que, no grupo analisado, o serviço parou por muitos meses. “Todas queriam voltar a trabalhar. Mas as questões eram parecidas: ‘O que eu faço com meus filhos? Como posso trabalhar se as pessoas não querem que eu entre na casa delas?’. O que eu consegui perceber é que existe um desejo grande de voltar ao mercado de trabalho, mas elas estão paralisadas. Está mais difícil reagir.” A jovem Dayane Guedes, de 25 anos, enfrenta há alguns meses essa dificuldade. Em janeiro, ela perdeu o emprego de gari em Rosário do Catete, município de 9 mil habitantes no interior de Sergipe. Mãe de dois meninos (o mais velho tem 3 anos, e o mais novo, 1 ano e meio), ela tenta se manter com bicos que aparecem. “Às vezes faço uma faxina, faço unha, um cabelo. Mas como está todo mundo sem trabalhar, não tem aparecido muita coisa”, conta. Com as creches fechadas, ela também não consegue sair para procurar uma vaga. “Não tenho com quem deixar meus filhos. E é ainda mais difícil para mim porque não tenho estudo. Se está complicado para quem estudou muitos anos, imagina para quem não terminou a escola? Eu até pensei em voltar, falta só um ano. Mas, por causa dos meus filhos, não tem como.” Dayane saiu da escola no segundo ano do ensino médio porque precisava trabalhar. Desde 2012, a

participação feminina no mercado de trabalho vinha em uma encosta. No terceiro trimestre de 2019, as mulheres ocupavam 53,3% das vagas. Em 2020, caiu para 45,8%. “Nós regredimos para índices da década de 1990. Pode parecer pouco, mas é uma diferença marcante que a gente tinha levado 30 anos para conseguir e que regrediu em apenas um ano. Será que depois que a pandemia passar as vagas vão surgir do mesmo jeito?”, questiona Madalozzo.

